

Retirada da urgência para o pré-sal não afeta votação

De Murillo de Aragão, Cristiano Noronha, Rômulo Osório e José Negreiros, da empresa de consultoria Arko Advice:

A retirada da urgência constitucional para os projetos que regulamentam o pré-sal foi uma decisão acertada do presidente Lula. Em primeiro lugar, porque pacifica o ambiente na Câmara. Segundo, porque a oposição suspendeu a obstrução das votações na Casa.

Ademais, a decisão pouco afeta o cronograma de tramitação esperado. Conforme última edição de Cenários Políticos (#146), afirmamos que dificilmente o cronograma formal seria cumprido no Congresso Nacional. Nem Câmara nem Senado votariam as propostas em 45 dias.

Na nossa avaliação, os projetos levariam, pelo menos, cerca de 60 dias – a contar da data do recebimento – para ser aprovado em cada uma das Casas. Ou seja, a Câmara concluiria a votação dos projetos por volta da primeira quinzena de novembro.

É justamente o que prevê o acordo conduzido pelo presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), com a oposição e com o presidente Lula e os líderes da base. Por ele, a votação é esperada para 10 de novembro.

A retirada da urgência também é mais um gesto de boa vontade do presidente Lula com o PMDB. Afinal, Temer insistia no acordo para que as demais votações na Câmara não fossem prejudicadas. Além de garantir relativa normalidade na Casa, Temer sai do episódio como um negociador eficiente para governo e oposição.

Esse gesto do presidente – de fortalecer a imagem de Michel Temer -, vem logo após divulgação de pesquisa CNT/Sensus que mostra desgaste da ministra Dilma Rousseff (PT-RS) na corrida sucessória.

Segundo publicou o jornalista Ancelmo Gois em seu blog, não foi só a pesquisa CNT/Sensus que revelou queda nas intenções de voto em Dilma.

Segundo o jornalista, o PMDB circula com uma outra pesquisa, atribuída ao Ibope, em que as intenções de voto na ministra teria caído de 18% para 13%. O cenário seria assim: Serra, 42%; Ciro, 14%; Dilma, 13%; Heloísa Helena, 7%; Marina Silva, 3%.

Pelo lado da oposição, aceitar o acordo conduzido por Michel Temer também foi um bom negócio. O PSDB ainda convive com o fantasma de 2006, quando Lula classificou o partido de privatista, afirmando que Geraldo Alckmin, uma vez eleito presidente da República, privatizaria a Petrobras e o Banco do Brasil.

O pré-sal certamente será tema na eleição presidencial. Ficar contra pode trazer prejuízos. No último dia 7 de setembro, Lula convocou o povo, em cadeia de rádio e TV, a mobilizar seus deputados e senadores a votarem a favor do tema.

Por isso, o PSDB anunciou nesta quinta-feira decisão de não fazer oposição radical aos projetos. Em vez de se opor à adoção do novo modelo de partilha ou à criação da nova estatal do petróleo – a Petro-Sal –, o partido exigirá do PT que explique as vantagens concretas das mudanças.

Cauteloso, o presidente nacional do partido, Sérgio Guerra, disse: “Vamos defender o modelo que julgamos absolutamente exitoso (de concessão), mas consideramos a hipótese de atualizá-lo e vamos insistir em uma discussão democrática”.